

DE Rui Barbosa a Francisco Glicério e Antônio Azeredo: CARTA DE BRONZE¹

Rio-19-5-09.

Srs. senadores F. Glicério e A. Azeredo.

Meu caros amigos.

Considerarei toda esta noite no assunto que ontem de tarde me vieram submeter, e sobre o qual lhes requeri essas horas de reflexão. Um grupo dos nossos mais eminentes chefes políticos, depois de uma deliberação celebrada anteontem, oferecera ao ilustre marechal Hermes da Fonseca a presidência da República; e S. Exa. respondera, declarando aceitaria, sob a condição de anuírem o barão do Rio Branco e eu.

Sobremodo me honram os termos em que o honrado marechal pôs a questão. Mas a natureza dela exige que eu lhe responda, sobrepondo-me às impressões do meu desvanecimento. Nem de outro modo guardaria à confiança, com que fui distinguido, à lealdade que lhe devo.

Bem antigas são as relações de mútuo afeto entre mim e o marechal Hermes. Datam elas da fundação da República no Brasil. Naquela época, naturalmente assinalada pelo desequilíbrio e pelas ambições, vi sempre destacar-se, entre os parentes e amigos de Deodoro, um tipo, que me chamava a atenção e me cativava a simpatia pela sua discrição, pela sua modéstia, pelo seu desinteresse, pela sua severidade precoce, pela correção da sua atitude civil e do seu porte militar. Era o jovem oficial, a quem não conheci nunca uma pretensão, nem soube jamais envolvido numa intriga. Dir-se-ia que da sua consanguinidade próxima com o chefe do Estado se não lembrava ele, senão para ser o tipo de virtudes não comuns. Elas atraíram e fixaram até hoje a minha estima, que as suas manifestações de apoio, em momentos de grave perigo meu durante os períodos tumultuosos do regímen, elevaram ao grau de amizade verdadeira e reconhecida. Muito me prezava e prezo de a cultivar. [...] À luz, pois, dos meus sentimentos pessoais, a sua presidência seria o governo do país por um amigo de provada afeição e inquebrantável firmeza.

A farda, que ele veste, não constitui objeção ao exercício dessa magistratura suprema. Nada exclui entre nós o militar de servir ao país nesse posto, uma vez que ele se não confira ao militar, mas ao cidadão. Há, e tem havido, nas duas câmaras do Congresso, oficiais do nosso Exército, que professam ativamente a política de um modo mais ou menos brilhante. [...] Assim que, se o honrado marechal sáísse do Congresso, do seio de um partido, ou de um passado político para a situação de chefe do Poder Executivo, o fato seria natural, e a sua candidatura teria sido acolhida com o meu imediato assentimento.

Mas bem diversas me parecem as circunstâncias que a caracterizam, e eu não a posso apreciar, sem rememorar-las. A situação atual, onde essa candidatura tem origem, resulta do afinco do Sr. presidente da República no seu erro de dezembro do ano passado. Eu lho demonstrei então na minha carta de 16 desse mês, [...] supliquei, àquele a quem dera sobejas provas de minha amizade, que deixasse livre ao país a escolha do chefe da nação, observando-lhe não faltarem à República homens idôneos para suceder na cadeira presidencial [...]

¹ O texto da carta foi transcrito do livro *Cartas políticas e literárias*, de Rui Barbosa (Bahia: Catilina, 1919. p. 155-170).

Aferrenhando-se, porém, S. Exa. na sua resolução [...], que é o que cumpria aos responsáveis pela direção das coisas políticas? Claro está que organizar logo e logo a resistência em torno de uma candidatura capaz de contrastar com a oficial.

Quando não, ao governo tenaz no seu abuso iríamos deixar a vantagem irrecuperável de todo o tempo que perdêssemos.

Ora, foi justamente o que se fez. Decorreram folgadoamente cinco meses, aproveitados em organizar a cabala entre os estados, a benefício dessa pretensão desastrosa. Quando, afinal, acordamos, viu-se que a candidatura oficial estava morta [...] As rivalidades, os interesses, os enredos políticos haviam consumado, entretanto, as suas devastações habituais; e, quando os chefes se congregam agora [...] não encontram *ninguém*, a cujo respeito se possa estabelecer, ao menos, uma decisiva maioria. Ninguém...

Pois Mato Grosso não tem o Sr. Joaquim Murinho? O Rio Grande do Sul, o Sr. Pinheiro Machado, o Sr. Borges de Medeiros, o Sr. Carlos Barbosa? [...] São Paulo, o Sr. Rodrigues Alves, o Sr. Campos Sales, o Sr. Bernardino de Campos, o Sr. Francisco Glicério, o Sr. Albuquerque Lins e o Sr. Antônio Prado? [...] O Brasil, o barão do Rio Branco?

Este nome apresentei-o eu, ultimamente, como a solução nacional. E era. [...] Seria, portanto, no mais eminente grau, uma candidatura de conciliação.

Não logrou, porém, obter a aquiescência do presidente, e óbvio é que, sem ela, também não poderia alcançar a do barão do Rio Branco. E, posto este de lado, não se descobriu nem um homem com as condições necessárias para satisfazer ao sentimento político dos árbitros da situação. Tiveram então que recorrer [...] ao nome do honrado marechal.

Eu compreendo a extremidade em que se viram os nossos amigos. [...] A autoridade central está momentaneamente abolida pelas circunstâncias de uma conjuntura sem exemplo, a meu ver, na história do regímen. E é nestas circunstâncias que o elemento civil delibera, por sua vez, abolir-se, tomando por único expediente possível de salvação a candidatura do ministro da Guerra. [...]

Comecei pelo Exército, porque este é o elemento nacional representado pelo ministro da Guerra. Qualificar a sua candidatura como a única eficaz para desmanchar o encaixe atual seria atribuir à força de que esse elemento é expressão o privilégio de remediar um caso do governo. O Exército não aceitaria essa função, que lhe não cabe. Grande é o seu poder. Mas, se lhe confrontarmos o peso material com o de uma população de vinte a vinte e cinco milhões de almas, claro está que esse poder não pode consistir senão na harmonia entre o Exército e a nação, no prestígio em que a confiança desta envolve a classe especialmente organizada para a defesa do país.

Nenhum brasileiro quer mais estremecidamente que eu aos nossos soldados e aos nossos marinheiros. Já me batia pelos seus direitos sob o antigo regímen. Feita a República, servi sob o marechal Deodoro, e tive um lugar não pequeno no seu coração. Sua afeição não me queria deixar. Ainda às vésperas de nos separarmos, fazia ele questão de que eu o não abandonasse, ainda que se viesse a dissolver o seu primeiro gabinete. Desde aí tive ocasião de dar à classe armada, especialmente ao Exército, sinais, duradoiros até hoje, da minha devoção aos seus interesses. [...] A Conferência de Haia me deu a ver o espetáculo vivo da importância das armas entre as potências reunidas para celebrar a paz. [...]

Mas por isso mesmo que quero o Exército grande, forte, exemplar, não o queria pesando sobre o governo do país. A nação governa. O Exército, como os demais órgãos do país, obedece. Nesses limites é necessário, é inestimável o seu papel; e na observância deles

reside o seu segredo, a condição de sua popularidade. O Exército certamente o sabe. Não quererá outra função.

A aclamação da candidatura do ministro da Guerra seria, porém, a meu ver, um passo em sentido oposto. Deodoro saiu de uma revolução, obra sua. Cabia-lhe necessariamente presidir à fundação do regímen, de cujo advento a sua espada foi a garantia. Floriano Peixoto encontrou ainda a República numa crise de organização. Mas ele mesmo já não pôde alongar os seus poderes, nem indicar o seu sucessor. Daí para cá o governo civil parecia definitivamente estabelecido. Já lá vão 14 anos de sua existência. Por que regressar? [...]

Não descubro, pois, motivo para nos resignarmos à solução que os nossos amigos reputam inevitável. [...] No Brasil e no exterior todo o mundo a olharia como a inauguração do regímen militar. Nunca as nossas finanças precisaram tanto do crédito no estrangeiro, e este, convencido estou de que não resisitiria ao abalo de tão grave recuo. Bem depressa, com a facilidade com que nos julgam no ultramar, estaríamos inscritos pela opinião européia e norte-americana entre as repúblicas espanholas de má nota. No interior não seria menor a desconfiança, a retração das simpatias nacionais. O país sofreria, ao mesmo tempo, interna e externamente. [...]

[...] Vivemos habituados os políticos nesta terra a supor que o Brasil se resume no círculo estreito onde nós nos movemos. São efeitos do costume vicioso. Seria mister que começássemos a contar com a opinião pública, o povo, a vontade nacional. Dêsemos nós rebate de uma campanha séria, no intuito de manter ao país o direito de eleger o chefe do Estado, e, ainda que os governadores dos estados se achassem todos contra nós, uma candidatura verdadeiramente popular, uma candidatura realmente nacional, a candidatura de um nome sério, digno, benquisto, reunindo, nos estados, todos os elementos dissidentes, e, no país, todos os da opinião, havia de se impor e prevalecer. Teríamos, talvez, então, pela primeira vez, o espetáculo do povo brasileiro concorrendo efetivamente às urnas, para nomear o seu primeiro magistrado.

Mas, quando o não tivéssemos, ao menos, vencidos teríamos a conclusão de o ser com honra, o que muito mais é de que vencer sem ela, e de salvar os princípios, que se devem salvar sempre, ainda quando se perca tudo o mais.

A eles se acha ligada, aqui, a minha consciência e a minha tradição. [...] São compromissos que representam a minha vida inteira.

[...] Nunca me envolvi na operação da escolha dos candidatos presidenciais, senão, até hoje, uma só vez, para levantar a do presidente atual. O resultado não me anima a me envolver noutra. Mas o nome do marechal Hermes é, para mim, um nome verdadeiramente caro. Se, para subscrever a sua apresentação, houvesse eu de atentar somente nos seus predicados e nas nossas relações, muito grato me seria firmá-la. Um dever de ordem impessoal, porém, não mo permite.[...]

Creiam, meus caros amigos, na sinceridade e no reconhecimento de
Seu velho e verdadeiro amigo

Rui Barbosa.